

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE JUNHO DE 1999
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Beto Richa e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Pedro Liberti ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 88 anos de idade faleceu, nesta Capital, o ex-Deputado Pedro Liberti que deixou viúva Dona Maria.

Pedro Liberti era pai do funcionário aposentado deste Poder, Edu Liberti.

O passamento do Sr. Pedro Liberti veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor quer olhará para a condição humana de seu servo Pedro Liberti.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Pedro Liberti e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do ex-Deputado Pedro Liberti para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Pedro Liberti sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Liberti, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja

inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Celso Schaefer Neto, médico especialista em Cirurgia Geral, Flebologia e Linfologia, formado pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, nesta Capital. Filho do Sr. Sérgio Vicente Schaefer e da Sra. Neusa Pereira, nasceu em 26.05.65, em Brusque-SC. Sua formação escolar primária-ginasial, ou seja, 1º Grau, iniciou em 1971 e foi concluída em 1979, no Colégio Franciscano Santo Antonio-Blumenau-SC; 2º Grau - Curso Científico, de 1980 à 1981 no Colégio Franciscano Santo Antonio - Blumenau-SC, e em 1982, no Colégio Dom Bosco - Curitiba-PR; Universitária - Curso de Medicina, de 1983 à 1988, na Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná - Curitiba-PR; e Pós-Graduação, de 1989 à 1990 - Residência em Cirurgia Geral no Hospital Evangélico de Curitiba. Inúmeros cursos de aperfeiçoamento e especializações fazem parte de seu Curriculum, dentre os quais destacamos: 1980/1981 - Curso de Oratória na Academia de Oratória de Mont'Alverne - Blumenau-SC; 1986 - Curso de Extensão Universitária sobre Toxocologia - Curitiba-PR; 1987 - Curso de Extensão - Cirurgia de Urgência; 1988 - Congresso Brasileiro de Cirurgia; 1988 - Curso de Urgências e Atualização em Cirurgia Geral, Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Vascular; 1988 - Curso de Hepatologia; 1988 - I Jornada de Cirurgia Geral e Jornada dos Médicos Residentes em Cirurgia Geral do Hospital Evangélico de Curitiba; 1989 - Seminário "Distúrbios Hidroeletrolíticos e Acidobásico"; 1991 - Curso de Cirurgia Vascular Experimental, Curso de Ginecologia, Curso de Cirurgia Vascular, todos no Hospital Jaráguia-SP; 1991 - 29º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular; 1995 - I Simpósio Internacional de Flebo - Estética e II Encontro Paulista de Flebologia e Linfologia; e 1996 - IV Congresso Brasileiro de Flebologia e Linfologia e do II Simpósio Internacional de Fleboestética, entre tantos outros. Membro da Sociedade Brasileira de Flebologia e Linfologia e da Sociedade Panamericana de Flebologia e Linfologia, vem atuando nessa área médica com muito profissionalismo e dedicação. Especialista em Varizes - Microcirurgia - Esclerose, realiza suas atividades com muita seriedade e sucesso. Atende seus pacientes na Clínica e Pronto Socorro Central S/C, sito à Rua Comendador Araújo nº 568, Centro-Batel-Curitiba-PR. O Dr. Celso tem sido lembrado com muito carinho e respeito pelos seus inúmeros pacientes, dentre os quais a Sra. Adônia Gabriella Ladaminsky, a qual, sentindo-se agradecida pelo excelente tratamento médico que lhe foi dis-

pensado, buscou-nos para que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos anais desta colenda Casa de Leis, todo o respeito e admiração que ele merece. Ao Dr. Celso, o nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos valiosos préstimos profissionais dedicados à comunidade paranaense, extensivos aos demais Pares, consignando-se o reconhecimento de todos nós. Muito nos tranqüiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações ao Senhor Armando Marinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, pela sua atuação frente a esta Pasta.

Requer ainda, que da decisão da Mesa, seja cientificados o respectivo homenageado, na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde, através da visão sensível e competente do Secretário Armando Raggio, bem como de sua competente equipe, vem realizando um brilhante trabalho na área da Saúde Pública no Estado do Paraná.

O Programa da Secretaria de Estado da Saúde, englobando 21 Projetos para a saúde no Paraná, está sendo executado com grande eficiência, capitaneada pelo Secretário Armando Raggio. Projetos como Saúde na Família, Controle do Câncer, Saúde na Escola e na Comunidade, são alguns exemplos do trabalho do Estado neste campo que é tão importante para a nossa população mais carente.

Há a necessidade de se ressaltar a maneira rápida e eficiente como foi conduzido o problema referente ao cólera no Município de Paranaguá, pois a intervenção estatal possibilitou, em pouco tempo, a solução eficaz desta questão.

Enfim, parablenizo a visão social e a sensibilidade que o Secretário Armando Raggio têm para com o povo, sempre buscando, através de suas ações, transformar povo em gente.

Ante ao exposto, solicito aos nobres Pares, a aprovação desta proposição.

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações ao Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, pela sua atuação frente a esta Pasta.

Requer ainda, que da decisão da mesa, seja cientificados o respectivo homenageado, na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 01.06.99

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde, através da visão sensível e competente do Secretário Armando Raggio, bem como de sua competente equipe, vem realizando um brilhante trabalho na área da Saúde Pública no Estado do Paraná.

O Programa da Secretaria de Estado da Saúde, englobando 21 projetos para a saúde no Paraná, está sendo executado com grande eficiência, capitaneado pelo Secretário Armando Raggio. Projetos como Saúde na Família, Controle do Câncer, Saúde na Escola e na Comunidade, são alguns exemplos do trabalho do Estado neste campo que é tão importante para a nossa população mais carente.

Há a necessidade de se ressaltar a maneira rápida e eficiente como foi conduzido o problema referente a cólera no Município de Paranaguá, pois a intervenção estatal possibilitou, em pouco tempo, a solução eficaz desta questão.

Enfim, parabênzo a visão social e a sensibilidade que o Secretário Armando Raggio têm para com o Povo, sempre buscando, através de suas ações transformar Povo em Gente.

Ante ao exposto, solicito aos nobres Pares, a aprovação desta Proposição.

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Serra, pela feliz e oportuna decisão da restrição à publicidade de cigarros no rádio e na televisão, como horário de início de vinculação passando das 21 para as 23 horas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exc. Sr. Dr. José Serra, Ministro de Estado da saúde, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, Senadores Alvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião, bem como a todos os Sr. Deputados da bancada Paranaense na Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 01.06.99

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Feliz a iniciativa ministerial com a modificação da legislação que trata da propaganda contrária aos cigarros com o projeto restringindo o horário de divulgação de publicidade de cigarros em rádio e televisão a partir das 23 horas, e não mais das 21 horas.

No Brasil, oitenta mil pessoas morrem anualmente por causa do fumo. Segundo dados do próprio Ministro da Saúde, a expectativa de vida de um fumante é de 22 anos a menos do que a uma pessoa que não fuma.

O Tabagismo é droga no duplo sentido, pois faz mal e vicia. "A nicotina é droga e causa dependência".

No Paraná entre outras Leis, temos a Lei sob nº 11.991 de 06 de janeiro de 1998, de nossa autoria, que proíbe os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio, de usarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dia de aula. O objetivo dessa lei leva em conta que o tabagismo representa um dos mais graves problemas de saúde pública em todo o mundo.

Encarecemos aos Srs. Senadores e Deputados estudarem a possibilidade da votação favorável à proposição, aumentando das 23 para 24 horas, bem como, incluir a bebida alcoólica no mencionado projeto.

Entendemos com abordagem humanística esta iniciativa procurando restringir o uso de cigarros e bebidas alcoólicas.

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após sido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Machado, a qual solicita reparos no acostamento da Rodovia dos Minérios, em frente ao Motel Caprici. Afirma-nos a requerente que é impossível o tráfego de pedestres no local, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Doutor João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9º D.R.F. - D.N.E.R. no

sentido de determinar estudos para a construção de um trevo na Rodovia BR-376 com PR-559 no Município de Presidente Castelo Branco, lado direito no sentido de Nova Esperança, bem como a colocação de redutores de velocidade no referido local.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A construção de um trevo no lado direito, sentido de Nova Esperança, bem como a colocação de redutores de velocidade no entroncamento da BR-376 com PR-559 no Município de Presidente Castelo Branco, se faz necessário com caráter de urgência, dado o grande volume de trânsito no local com número alto de acidente que vem acontecendo nos últimos tempos no referido trevo.

A BR-376 é uma das principais rodovias do Estado do Paraná, com tráfego intenso em ambos os sentidos.

A PR-559, é rodovia escoadoura de toda a produção da região que é baseada na atividade agrícola. As carretas ao pretenderem transpor o contorno na bifurcação da PR-559 com BR-376 encontram dificuldades, com perda de tempo e muitas vezes com acidentes inesperados por falta de um trevo no sentido de Nova Esperança para a devida proteção para transpor o referido local, sem falar em veículos de menor porte que encontram a mesma dificuldade.

A comunidade e a sociedade representativa da região estão apreensivas com tal situação que na verdade tem gerado pânico em toda a população usuária daquele trecho.

Temos certeza que, presente e atuante estará o 9º Distrito rodoviário do D.N.E.R. para resolver com certa urgência e garantir a segurança da população trabalhadora.

Por tudo isto, entendemos justo e oportuno este Requerimento, que temos certeza será atendido.

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Campo Magro, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão

total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Itaperuçu, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Cerro Azul, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1157-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no município, bem como se houve autorização do município para esta obra.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 municípios do nosso Estado (230 Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de

impacto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 293/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, APMI- Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede no Município de Janiópolis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1999.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei ora em tela, reveste-se de caráter essencial, eis que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida à toda nossa Comunidade.

A entidade visa proporcionar defesa dos direitos à Maternidade e a Infância, com programas desenvolvidos direto a Comunidade, como também orientação de higiene, educação, e se adaptar ao convívio social e profissional.

Assistência médica a crianças e adolescentes, bem como todo o acompanhamento de pré-natal e sua consentização de quanto é importante para o melhor desenvolvimento da mulher, manutenção e desenvolvimento de suas atividades e reconhecida-mente os mais carentes.

Presta ainda outros relevantes serviços a entidade ora analisada, devendo portanto, ser o projeto de lei, aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 294/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Técnicos em Agropecuária de Salto do Lontra- ATAL, com sede e foro no Município de Salto do Lontra-Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1999.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Técnicos em Agropecuária de Salto do Lontra, tem como objetivos principais defender os interesses morais e profissionais dos associado, adotar medidas de utilidade e beneficência aos seus associados de acordo com suas possibilidades financeiras, realizar periodicamente palestras e conferências, além de outras atividades importantes à comunidade

PROJETO DE LEI Nº 295/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres- APM, da Escola Estadual Vereador Luiz Maltaca - ensino de 1º Grau, com sede e foro na cidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1999.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres -APM, da Escola Estadual Vereador Luiz Maltaca, ensino de 1º Grau, que ora proponho seja declarada de Utilidade Pública foi criada no dia 09.04.96, com objetivo de apoiar o educando e sua família.

A Associação em epígrafe está registrada no livro A-2 de Pessoas Jurídicas sob nº 64, e cadastrada no CNPJ sob nº 01.247.397/0001-83, estando em pleno funcionamento.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também, coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente àqueles voltados as áreas de educação, da cultura, do esporte e do lazer.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me leva a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 296/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados a emenda e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 181/99, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro na cidade de Faxinal, Estado do Paraná”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1999.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Segue à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, Projeto de Lei, que altera o artigo 1º do Projeto de Lei nº 181/00, que declarou de utilidade pública a associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

O projeto em apreço, tem por objetivo alterar o nome da referida instituição, considerando que em data de 20.04.99., conforme protocolo nº 3598 em anexo.

A presente instituição passa a denominar-se “Associação Comunitária Novo Dia”.

A alteração em epígrafe está sendo solicitação da diretoria da entidade, conforme documentação anexa.

Face ao exposto e contando com o apoio e compreensão dos nobres pares, reitero à Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

PROJETO DE LEI Nº 297/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar o presente Plano de Cargos, Carreiras Salários - PCCS, dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

§ 1º - A Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná é constituída por:

I - instituições e estabelecimentos em educação básica mantidos pelo Governo Estadual;

II - órgãos de educação estadual central e regionais da SEED.

§ 2º - Inclui-se na presente lei o trabalhador em Educação cedido para o ensino público municipal no Estado do Paraná.

Art. 2º - São Trabalhadores da Educação os profissionais que exercem o magistério em educação básica, atividades de planejamento, administração, orientação educacional, supervisão escolar, coordenação pedagógica, infra-estrutura e toda atividade administrativa e técnica que concorre para o desenvolvimento da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, assegurando aos seus integrantes:

I - remuneração compatível com a dignidade, peculiaridades e importância da profissão;

II - estímulo à qualidade do trabalho desempenhado;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - ingresso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos;

V - valorização profissional, através de progressão funcional, por antigüidade, assiduidade e formação profissional;

VI - formação e aperfeiçoamento profissionais continuados, em serviço ou com licenciamento remunerado;

VII - piso profissional compatível com a valoração do cargo;

VIII - condições de trabalho no que diz respeito à estrutura técnica, material e de funcionamento de toda a Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná;

IX - garantia de um período reservado a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente aos Trabalhadores em Educação, incluído em sua jornada de trabalho;

X - garantia de que todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná sejam geridas democraticamente com eleições diretas para diretores de escolas, definidas em lei;

XI - garantia da existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, nos termos da Deliberação 20/91, do CEE.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art. 4º - O PCCS da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná possui duas carreiras, assim estruturadas:

I - Professor;

II - Agente de Educação.

Art. 5º - O cargo de Professor será exercido no desempenho das funções de magistério, de acordo com a habilitação específica para tanto:

I - regência de classe;

II - planejamento escolar;

III - supervisão escolar;

IV - orientação educacional;

V - coordenação pedagógica.

Parágrafo Único - As funções de Supervisão Escolar e Orientação Educacional serão exercidas por professores que possuírem habilitação em Peda-

gogia, em nível de graduação ou especialização, Mestrado e Doutorado em Educação.

Art. 6º - O cargo de Agente de Educação será exercido de acordo com a formação profissional específica, compreendendo o exercício das seguintes funções:

- I - técnico em multimeios;
- II - vigia;
- III - secretaria;
- IV - inspeção de alunos;
- V - serviço de limpeza e conservação;
- VI - distribuição e elaboração de merenda.

Parágrafo Único - Entende-se por multimeios as atividades desenvolvidas em áreas especializadas da estrutura técnico-administrativa da escola, não incluídas nas atividades de docência e que concorram para o seu desenvolvimento e complementação.

Art. 7º - A carreira do cargo de Professor tem os seguintes níveis:

- I - Professor I;
- II - Professor II;
- III - Professor III;
- IV - Professor IV;
- V - Professor V.

Art. 8º - O Professor de nível I tem como exigência mínima a habilitação de magistério em nível de Ensino Médio, na modalidade Normal (art. 62 LDB), e exercerá suas atividades, no caso de regência de classe, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries.

Art. 9º - O Professor de nível II tem como exigência mínima a habilitação em nível de Ensino Médio com Estudos Adicionais e exercerá suas atividades na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries.

Art. 10º - O Professor de nível III tem como exigência mínima a habilitação em licenciatura curta, compatível com as atribuições do cargo e exercerá suas atividades na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

Art. 11º - O Professor de nível IV tem como exigência mínima a habilitação em licenciatura plena, compatível com as atribuições do cargo e exercerá suas atividades na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

Art. 12º - O Professor de nível V tem como exigência mínima a pós graduação na área de edu-

cação, obtida em curso de especialização, ou mestrado, ou doutorado, e exercerá suas atividades na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas atividades previstas no art. 5º desta lei.

§ 1º - Ao Trabalhador em Educação que possui habilitação em mestrado na área de educação, será pago um adicional de 15% sobre os seus vencimentos, o qual será incorporado aos mesmos para todos os efeitos legais.

§ 2º - Ao Trabalhador em Educação que possui habilitação em doutorado na área da educação, será pago um adicional de 30% sobre os seus vencimentos, o qual será incorporado aos mesmos para todos os efeitos legais.

Art. 13 - A carreira do cargo de Agente de Educação tem os seguintes níveis:

- I - Agente de Educação I;
- II - Agente de Educação II;
- III - Agente de Educação III;
- IV - Agente de Educação IV;
- V - Agente de Educação V.

Art. 14 - O Agente de Educação de nível I tem como exigência mínima a escolaridade do Ensino Fundamental e exercerá suas atividades em serviços gerais de limpeza e conservação das dependências das unidades, na confecção e distribuição da merenda escolar e na segurança (vigilância da escola).

Parágrafo Único - A Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná possibilitará aos Agentes de Educação de nível I, que, na data da aprovação do presente PCCS, não tenham o ensino fundamental completo, a complementação desta escolaridade.

Art. 15 - O Agente de Educação de nível II tem como exigência mínima a escolaridade de Ensino Médio completo, com comprovado aperfeiçoamento da função, e exercerá suas atividades em inspeção de alunos e serviços de secretaria escolar.

Art. 16 - O Agente de Educação de nível III tem como exigência mínima a escolaridade de Ensino Médio, com comprovado aperfeiçoamento profissional da função e exercerá suas atividades de secretaria escolar, auxílio administrativo, contabilidade escolar e de atividades de multimeios escolares.

Parágrafo Único - Entende-se por estudos complementares os estudos adicionais realizados em nível médio e que especializam para o exercício profissional.

Art. 17 - O Agente de Educação de nível IV tem como exigência a habilitação de Nível Superior

e exercerá suas atividades em multimeios nas técnicas administrativo-financeiras, em Recursos Humanos, em nutrição e biblioteca.

Art. 18 - O Agente de Educação de nível V tem como exigência mínima a habilitação de especialização, compatível com o cargo exercido, e exercerá suas atividades, conforme citadas no artigo anterior.

Art. 19 - As carreiras de Professor e Agente de Educação estão estruturadas em 5 níveis e cada nível (I, II, III, IV e V) em 13 classes (A, B, C, D, E, F, G, H, I, L, K, K, M). O intervalo entre as classes é de 5%. A classe inicial de cada nível corresponde à classe "E" do nível anterior (conforme anexo 1).

Art. 20 - Para efeito de valoração e de correspondência entre as duas carreiras, considera-se a especificidade dos cargos.

SEÇÃO II

DO INGRESSO, DO PROVIMENTO E DO REGIME

Art. 21 - Será considerado o regime jurídico único para os Trabalhadores da Educação.

Art. 22 - O ingresso nas carreiras de Professor e de Agente de Educação dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos, na classe inicial de cada nível, compatível com a habilitação do concursado e atendidas as demais exigências legais do regime público.

§ 1º - O concurso de que trata este artigo será realizado e centralizado pela Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, em caráter geral, com vagas reais, levantadas pela administração da escola com a anuência do Conselho Escolar, de dois anos, salvo necessidades do Ensino pela ocorrência de vagas, caso em que deverá ser realizado em menor espaço de tempo.

§ 2º - Das instruções para o concurso, entre outros elementos, deverá constar obrigatoriamente, além da idade mínima, o número de vagas reais a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e alocação.

§ 3º - Todas as exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeita e apresentadas até a data da nomeação, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

Art. 23 - O aproveitamento das candidatas dar-se-á obedecendo-se à ordem de classificação, mediante a existência de vagas reais, num prazo de dois anos de validade do concurso realizado, sendo obrigatória a nomeação daqueles que se classificarem dentro do número de vagas ofertadas.

Art. 24 - Os cargos das carreiras de Professor e Agente de Educação são acessíveis a todos os brasileiros, respeitadas as exigências legais.

Parágrafo Único - Só pode ser provido nos cargos de que trata a presente lei quem possui as habilitações específicas para o exercício do cargo postulado e satisfizer os requisitos legais.

SEÇÃO III

DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 25 - As nomeações serão feitas em caráter efetivo, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação no Concurso Público realizado, para o respectivo nível, de acordo com a habilitação, cumpridas as demais exigências legais.

Art. 26 - Os candidatos que obtiverem classificação até o limite do número de cargos vagos, para cujo provimento tenha sido aberto concurso, serão chamados mediante edital, para escolher o estabelecimento onde prestarão serviços, devendo, após tomada de posse e exercício, obter lotação e fixação, na ordem da respectiva classificação.

Parágrafo Único - A não escolha na data determinada ou o pedido de sustação da nomeação, sem justificativa, implicará na renúncia à faculdade de que trata o presente artigo.

Art. 27 - Após o ato de nomeação, publicado em Diário Oficial, será dada posse ao Professor ou ao Agente de Educação, conforme o caso.

Art. 28 - São competentes para dar posse aos aprovados:

I - o Secretário de Estado da Educação;

II - o Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação;

III - os Chefes de Núcleo.

Art. 29 - Tem-se por empossado o Professor ou Agente de Educação, após a assinatura de um termo, em que conste o ato que o nomeou.

Parágrafo Único - É essencial que o termo de que trata o presente artigo seja assinado pelo Professor ou pelo Agente de Educação, conforme o caso, e pela autoridade que deu posse.

Art. 30 - A posse deve acontecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do decreto de nomeação, no órgão oficial.

§ 1º - O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais trinta dias, a pedido do interessado, por escrito, após despacho favorável da autoridade competente para dar posse.

§ 2º - Não se efetivando a posse, dentro dos prazos previstos neste artigo, por culpa do nomeado, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

§ 3º - Após a posse, o Trabalhador da Educação terá o prazo de trinta dias para tomar exercício, sendo este atribuído por seu chefe imediato.

§ 4º - O prazo a que se refere o parágrafo poderá ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação do interessado e a critério da autoridade competente.

SEÇÃO IV DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 31 - A jornada de trabalho, em docência, será de 40 (quarenta) horas/aulas semanais, sendo 50% delas cumpridas em sala de aula e 50% cumpridas em horas-atividade.

Art. 32 - Considera-se a hora/aula o tempo de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 33 - A hora-atividade deverá ser cumprida na escola em atividades de planejamento, estudos e avaliação do trabalho discente.

Parágrafo Único - A critério do Conselho Escolar, as horas-atividade poderão ser cumpridas em até 50% fora da escola, em atividades comprovadamente ligadas às atividades de docência.

Art. 34 - Os demais ocupantes da carreira de Professor e de Agente de Educação terão uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

SEÇÃO V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 35 - Estágio Probatório é o período de três anos de exercício efetivo, a contar da data da posse, sendo que, cumprido este tempo, o Professor computando-se este tempo para efeitos de progressão e promoção funcional na carreira.

§ 1º - Dispensa-se do estágio probatório o trabalhador em educação que tiver, no mínimo, três anos de tempo na educação pública.

§ 2º - Ao trabalhador em educação que tiver tempo de serviço no magistério público inferior a três anos, ser-lhe-á exigido, para que se cumpra o estágio probatório, apenas o que falta para completar esse período.

SEÇÃO VI DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL

Art. 36 - Entende-se por Progressão ou Promoção a elevação de Nível e de Classe dentro do

mesmo cargo, ocorrendo em função de tempo de serviço, titulação e merecimento.

Art. 37 - A Elevação de Nível ocorrerá automaticamente a cada ano, com a exigência de permanência mínima de um ano no nível anterior, sempre que o trabalhador em educação comprovar habilitação superior a anteriormente apresentada.

Parágrafo Único - A promoção referida no final deste artigo dar-se-á no nível seguinte, na mesma classe que o trabalhador em educação ocupava no nível anterior.

Art. 38 - A Elevação de Classe ocorrerá progressivamente de uma para outra, da seguinte forma:

I - por antigüidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço;

II - por merecimento, a cada dois anos, como consequência da avaliação de assiduidade e de títulos resultantes de participação em cursos, seminários e outros eventos específicos da área educacional;

§ 1º - A contagem do tempo de serviço, em qualquer caso, deverá considerar a data de ingresso do ocupante no sistema.

§ 2º - O Trabalhador da Educação avançará o número de classes compatível com os seus créditos, não havendo limite para o número de classes, em cada promoção.

§ 3º - Será considerado assíduo aquele trabalhador em educação que tiver até duas faltas não justificadas durante o ano letivo.

§ 4º - O estabelecimento de critérios para avaliação dos títulos dar-se-á por regulamento, após estudo a ser realizado por comissão paritária formada por representantes da APP-Sindicato e da SEED.

SEÇÃO VII DA TRANSFERÊNCIA

Art. 39 - Transferência é a mudança do ocupante de um dos cargos de carreira, de uma função para outra função, dentro do mesmo cargo.

§ 1º - Só se permite a transferência quando houver vaga e interesse por parte do ocupante.

§ 2º - O tempo de serviço do Trabalhador em Educação transferido será sempre computado a partir do ingresso na Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

§ 3º - Será permitida a permuta do Trabalhador em Educação, entre estados, núcleos regionais de ensino, municípios e escolas quando houver interesse mútuo das partes.

SEÇÃO VIII

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 40 - Substituição é o ato de colocar um trabalhador em educação em lugar de outro, ocupante de determinado cargo, quando este entrar em gozo de licença ou interromper o exercício.

Parágrafo Único - É de responsabilidade da SEED a substituição do cargo em aberto.

Art. 41 - A substituição depende de ato da SEED e dará direito a quem substituir, durante o exercício, aos vencimentos fixados em lei.

Parágrafo Único - A substituição durará enquanto subsistirem as razões que a motivaram.

SEÇÃO IX DA REMOÇÃO

Art. 42 - Remoção é o deslocamento do trabalhador em educação de um órgão administrativo para outro, dentro da estrutura da SEED.

Parágrafo Único - A remoção será oferecida a todos os trabalhadores em educação anualmente, e acontecerá somente a pedido do interessado.

SEÇÃO X DA READAPTAÇÃO

Art. 43 - Readaptação é o provimento do Trabalhador em Educação em função mais compatível com sua capacidade física e intelectual, sem prejuízo da carreira.

SEÇÃO XI DA VACÂNCIA

Art. 44 - A vacância dar-se-á por:

I - exoneração;
II - demissão, conforme artigo 46 e 47 desta lei;

III - promoção;
IV - transferência;
V - aposentadoria;
VI - falecimento;

VII - deslocamento de trabalhadores em educação para outras unidades escolares ou outros órgãos governamentais.

§ 1º - A exoneração dar-se-á a pedido do trabalhador em educação.

§ 2º - A demissão dar-se-á por conta da SEED.

SEÇÃO XII DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES

Art. 45 - Na contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, são computados, como exercício, os afastamentos por;

I - férias;

II - casamento, até 8 dias;

III - luto por falecimento do cônjuge, descendente, ascendente, irmão, companheiro (a), sogro (a), até oito dias;

IV - trânsito;

V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - exercício de função de governo ou administração em qualquer parte do território estadual por nomeação do poder Executivo;

VII - exercício de mandato eletivo de qualquer nível;

VIII - estudo ou missão no exterior ou território Nacional, desde que autorizado pelo Poder Executivo;

IX - licença especial;

X - licença para tratamento de saúde própria e em pessoa da família;

XI - licença em decorrência de acidente de trabalho ou doença ocupacional;

XII - licença à gestante;

XIII - mandato sindical;

XIV - os demais motivos constante no art. 128 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

SEÇÃO XIII DA ESTABILIDADE

Art. 46 - É considerado estável o trabalhador em educação que cumprir o estágio probatório, sendo-lhe garantida a permanência no cargo.

Art. 47 - O trabalhador em educação a que se refere o artigo anterior, apenas poderá ser demitido mediante condenação em processo administrativo, assegurado direito à ampla defesa, e o direito de recorrer da condenação junto ao Poder Judiciário.

SEÇÃO XIV DAS FÉRIAS

Art. 48 - As férias do professor serão de 60 (sessenta) dias, dos quais 45 (quarenta e cinco) consecutivos, no período de recesso escolar, segundo calendário estabelecido, de acordo com a lei.

Art. 49 - As férias do Agente da Educação serão de 30 dias, de acordo com a lei.

SEÇÃO XV DAS LICENÇAS

Art. 50 - Conceder-se-á licença ao Trabalhador da Educação nos termos das leis que regem o funcionalismo público.

Art.51 - Fica assegurada a licença remunerada para os Trabalhadores da Educação durante o período que estiverem cursando especialização, mestrado e doutorado, sem prejuízo funcional, de acordo com a legislação vigente (inciso II do Artigo 67 da lei 9394/96 -LDB).

SEÇÃO XVI DO DIREITO À PETIÇÃO

Art. 52 - É assegurado ao Trabalhador em Educação:

I - o direito de requerer ou representar;

II - o direito de pedir reconsideração de ato ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo.

Parágrafo Único - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I - em cinco anos, em relação aos atos dos quais decorram demissão, aposentadoria, ou de disponibilidade;

II - em 120 dias, nos demais casos.

SEÇÃO XVII DOS VENCIMENTOS

Art. 53 - Entende-se por vencimentos o salário devido pelas horas trabalhadas, do 1º ao último dia de cada mês, tomando-se como base de cálculo as horas semanais, multiplicadas por 4,5 semanas, acrescido de todos os adicionais, horas extras e demais vantagens.

Art. 54 - Será pago a todos os trabalhadores da educação um adicional por tempo de serviço, na razão de 5% sobre a remuneração recebida, para cada cinco anos trabalhados (conforme anexos 1, 2 e 3).

§ 1º - Ao completar 26 anos de tempo de serviço público, a trabalhadora em educação fará jus a mais 5% do adicional referido neste artigo, para cada ano excedente, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

§ 2º - Ao completar 30 anos de tempo de serviço público, o trabalhador em educação receberá mais 5% do adicional referido neste artigo, para cada ano excedente, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

§ 3º - O Agente de Educação fará jus a mais 5% do adicional referido no "caput" deste artigo, a cada ano trabalhado após o tempo legal de aposentadoria, até completar 50% sobre a remuneração recebida.

Art. 55 - Em acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, cria-se a tabela salarial conforme o anexo 3, que é parte integrante desta lei.

SEÇÃO XVIII DAS FUNÇÕES E ADICIONAIS

Art. 56 - Também serão consideradas funções de magistério, dentro da escola, as atividades de Diretor e Diretor Auxiliar, eleitos pela comunidade escolar, ficando os mesmos com a obrigatoriedade do cumprimento de uma jornada de 40 horas.

§ 1º - As funções de diretor e de diretor auxiliar serão exercidas por ocupantes de cargo de professor ou por agente da educação com formação pedagógica, que forem eleitos pelos princípios da gestão democrática, ou seja, por toda a comunidade escolar, entendendo-se por comunidade escolar o conjunto de professores, agentes da educação, alunos, pais ou responsáveis por alunos.

§ 2º - Haverá tantos diretores auxiliares, quantos necessários, de acordo com o porte da escola.

§ 3º - Aos ocupantes das funções de que trata este artigo será pago um adicional de função, de 45% sobre seus vencimentos.

Art. 57 - Aos ocupantes de cargos em locais de difícil acesso será pago um adicional de 20%.

Art. 58 - Ao Professor e ao Agente de educação que desempenham suas atividades em período noturno, será pago um adicional de 20% sobre seus vencimentos.

Art. 59 - Ao Professor que exerce docência em classes de ensino especial, será pago um adicional de 50% sobre os seus vencimentos.

Parágrafo Único - O professor a que se refere este artigo deverá ter habilitação específica.

Art. 60 - Ao Agente de Educação que exerce suas atividades como vigia será pago um adicional de 20% sobre seus vencimentos básicos.

Art. 61 - Ao Secretário da Escola será paga uma gratificação de 10% sobre seus vencimentos.

Art. 62 - Para cada docente de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental haverá um auxiliar de regência de classe.

SEÇÃO XIX DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 63 - Em acordo com os princípios que norteiam esta lei, fica estabelecido um plano de formação continuada e capacitação profissional para as carreiras de professor e agente de educação.

Art. 64 - O plano de formação e capacitação profissional deverá ser proporcionado pelo Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná e deverá ser elaborado pelas Instituições Pública de Ensino Superior e pela representação sindical da categoria, abordando os aspectos da formação com objetivos de atualização e aperfeiçoamento continuado, além de cumprir com os aspectos de Formação e Qualificação profissional, preconizados na LDB, no que diz respeito à década da Educação.

Art. 65 - Os programas de formação deverão ser revistos e negociados anualmente entre a Secretaria de Educação e o Sindicato, de acordo com as necessidades, devendo ser desenvolvidos como atividades profissional normal.

SEÇÃO XX DA APOSENTADORIA

Art. 66 - Têm direito à aposentadoria integral e com paridade, os Trabalhadores em Educação que tiverem cumprido com as exigências legais previstas no artigo 40 da Constituição Federal, incluindo-se seus incisos, alíneas e parágrafos.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 - Todo ingresso na Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná dar-se-á na jornada de 40 horas semanais.

Art. 68 - Serão consideradas aulas extraordinárias na carreira do professor aquelas exercidas além da jornada de trabalho, e serão pagas na razão de 100% da hora normal, dos vencimentos percebidos.

Parágrafo Único - As aulas extraordinárias ministradas, serão consideradas como tempo efetivo de trabalho para a contagem do tempo e aposentadoria em outro cargo ou incorporadas aos proventos de aposentadoria, considerando-se a maior média percebida, desde que não ultrapasse 40 horas, segundo a legislação vigente.

Art. 69 - O professor cujo regime é de 20 horas semanais terá essa jornada ampliada para 40 horas semanais.

§ 1º - O professor referido neste artigo poderá, no entanto, optar por permanecer em sua jornada de 20 horas semanais, sendo-lhe garantido o percentual de 50% de hora atividade.

§ 2º - O professor que já tem 40 h/a em dois padrões distintos poderá optar por ficar com apenas um jornada de 40 h/a.

Art. 70 - Ao ocupante de cargo de magistério com dois padrões, no momento da aposentadoria de um dos padrões, dar-se-á o direito de aposentadoria também, em iguais condições, para o segundo padrão, desde que o mesmo já tenha efetivamente contribuído com o Sistema Previdenciário por, no mínimo 5 anos, que seja extensivo ao RDT.

Art. 71 - O ocupante de cargo de magistério no atual RDT tem direito, no momento de sua aposentadoria a proventos integrais sobre as jornadas de 20, 30 ou 40 horas semanais, desde que tenha exercido por um período de 5 anos consecutivos ou não, a maior carga horária de sua opção.

Art. 72 - Os vencimentos da Tabela Salarial, constantes nos anexos 1, 2 e 3, serão reajustados sempre que perderem seu poder aquisitivo, pelo menos, uma vez ao ano.

Art. 73 - O enquadramento dos Trabalhadores em Educação em efetivo exercício, será feito a partir da publicação da presente lei, observando-se a maior habilitação do ocupante, no salário imediatamente superior ao atualmente recebido, e de acordo com os quinquênios a que o mesmo tem direito.

Parágrafo Único - Garanta-se ao Professor do RDT todas as prerrogativas desta lei.

Art. 74 - Até cento e oitenta dias a partir da aprovação desta lei pela Assembléia Legislativa a SEED apresentará programa de escolarização e profissionalização para os agentes de educação, para implementação em trinta dias.

Art. 75 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.99

(aa) IRINEU COLOMBO
HERMAS FONSECA
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO
ORLANDO PESSUTI e
WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Lei Federal 9424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, ficou estabelecido no artigo 9 do mesmo diploma legal que:

Art. 9º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, no prazo de seis meses de vigência desta Lei, dispor de novo Plano de Carreira e remuneração do Magistério, de modo a assegurar:

I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público em efetivo exercício no magistério;

II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;

III - a melhoria da qualidade do ensino.

A referida Lei vinculou a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério à criação do Novo Plano de Carreira Cargos e Salários, sendo dessa forma, obrigatório um Novo Plano de Carreira, sob pena de não se poder utilizar os recursos do Fundo.

O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 03/97, fixou diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério, apresentado suas contribuições no processo. Vários Estados já fizeram seu novo Plano de Carreira Cargos e Salários, dentre eles, o Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

A Lei 9424 de 24 de dezembro de 1996, previa inicialmente um prazo de seis meses para a elaboração do referido Novo Plano de Carreira e salários, que foi posteriormente prorrogado para 30 de junho de 1998.

Dessa forma, o Estado do Paraná está atrasado em relação à elaboração do referido Plano de Carreira, tendo o prazo vencido a quase um ano.

Ademais, já é tempo de se debruçar com seriedade sobre uma política educacional para o Estado, especialmente no que diz respeito à carreira do magistério, haja vista, que há muito vem se esvaziando os quadros de professores pelo desestímulo que estes tem recebido do Poder Público. É preciso traçar com clareza um Novo Plano de Carreira que remunere dignamente os professores e ofereça condições de desenvolvimento e estímulo da profissão, condição sine qua non, para que haja um ensino de qualidade.

Face ao exposto, e certos da sensibilidade dos nobres Pares desta Colenda Casa em relação ao tema, contamos com o apoio e aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao 1º orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Sra. Deputada.

Inicialmente, gostaria de saudar aqui os nossos visitantes, o Prefeito de Palmas, os nossos companheiros que aqui estão, e dizer que neste momento ocupo a tribuna por dois motivos: um é para fazer um comunicado e o outro para fazer um agradecimento.

Já há algum tempo, Senhor Presidente, refletimos na nossa Região Sudoeste do Paraná, sobre o encaminhamento político da nossa Região. Em verdade, a nossa Região passou por inúmeras transformações e sempre teve na sua composição política uma força determinante junto ao Governo do Estado do Paraná e até da República. Haja vista que tivemos a participação de algumas figuras do cenário político da nossa Região como o Ministro de Estado, foi o caso do ex-Ministro Borges da Silveira: também do atual Prefeito de Pato Branco e ex-Ministro da Saúde - Dr. Alceni Guerra; uma figura influente também da nossa Região o Dr. Euclides Scalco, a quem temos uma profunda admiração; também o Dr. Deni Schawartz, entre outros que fizeram a história política da nossa região e que contribuíram decisivamente.

E chegamos a esta Assembléia, Senhor Presidente, eleitos numa chapa encabeçada pelo então candidato a Governador Alvaro Dias. Nós que fizemos parte do então PP (Partido Progressista) chegamos aqui na primeira gestão e permanecemos no PP até o PP se incorporar com o então PPR para virar o PPB, Partido que tive a grata satisfação de conviver, de formar amigos, enfim de estar junto aí, tanto no Diretório Estadual como aqui na Bancada da Assembléia Legislativa. De uma discussão surgida na região sai então a nossa decisão, Senhor Presidente, gostaria de comunicar a Casa, a V.Exa. em termos oficiais. E de forma sentimental, inclusive, registrar aqui esta decisão, que não é minha e tão somente apenas minha, mas fruto de discussão de um grupo de companheiros no Sudoeste do Paraná, Prefeitos que conheci quando militávamos na política estudantil aqui em Curitiba, alguns deles quando nos formamos juntos na Escola de Agronomia, outros.

Enfim, nos encontramos nos caminhos da política e passamos a refletir sobre a realidade do Sudoeste do Paraná, a composição das suas lideranças, enfim até o resultado eleitoral da última eleição em que tivemos dois candidatos ao Governo do Estado e participamos como candidato a deputado, lá na Região. Desta forma, Senhor Presidente, este grupo de companheiros e quero citar aqui especialmente alguns dos companheiros: o Vanderlei - Presidente dos Municípios do Sudoeste do Paraná, hoje, Engenheiro Agrônomo com um trabalho espetacular, exemplo para o Brasil e que passa a dar este exemplo de municipalização da agricultura para todo o País, ele que é Presidente da ANSOPE (?) estará conosco então nesta decisão de ingressarmos numa nova caminhada política, enfim, em um outro Partido Político. Aqui também o Prefeito de Tapejara do Oeste, também engenheiro agrônomo Leonardo Gritti; o Dirceu Mesarrola, Prefeito de São João; o Wilson Barbosa, Prefeito de Vitorino; o

Prefeito de Bom Sucesso do Sul, Alexandro Gemin; Vanderlei Valério, vice-Prefeito de Clevelândia. Enfim, vários companheiros, Lideranças, vereadores da nossa região que formam esse grupo político que está preocupado com a nossa região, e obviamente tentando dar um direcionamento desse grupo único, não apenas no pensamento que já temos, nem tampouco na ação, que também já temos uma ação praticamente parecida do ponto de vista Político e administrativo, mas também para que pudéssemos estar dentro de um só Partido.

Na verdade, Senhor Presidente, quero declarar aqui publicamente aos Deputados, nossos Companheiros que nos conhecem, tenho restrições com relação a política econômica do Presidente Fernando Henrique. Não votei, confesso, ao Presidente nesta última eleição e nem na primeira, mas a nossa tomada de decisão, embora achemos que dentro do próprio Partido pode se fazer uma discussão, porque ninguém dentro de um Partido é obrigado a concordar com tudo, e ninguém dentro de um Partido...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência passa a utilizar nesse instante o horário da Liderança do seu Partido.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Se o nosso líder permitir agradeço. Portanto, essa é uma decisão que não leva a nossa convicção com relação a questão da política nacional, até porque acho que o Brasil só vai se reencontrar quando achar o seu caminho especialmente no fortalecimento do setor produtivo do nosso País. Mas tem haver sim a história que temos aqui no nosso Estado, aonde acompanhei o ex-Governador Álvaro Dias em todas as eleições, e aonde tive a oportunidade de acompanhá-lo nessa última inclusive quando foi eleito Senador da República com uma votação extraordinária.

Também devo ressaltar da posição do Senador Osmar Dias a quem tenho um relacionamento de trabalho em primeiro lugar, de amizade também, conquistada também por essa relação de trabalho, cujo o desempenho que teve frente à Secretaria da Agricultura do Estado, tenho certeza absoluta, só nos deixa orgulhosos pelo fato de ter trabalhado da forma que trabalhou frente à agricultura do Estado do Paraná. Portanto, é uma decisão que tomamos em grupo, e que gostaria então de fazer esse comunicado à Casa, à Mesa Executiva da Assembléia de que nós na quinta-feira, às 10:00 da manhã, em Pato Branco, na nossa querida Pato Branco, no Centro Regional de Eventos, estaremos então nos filiando ao PSDB, ao Partido da Social Democracia, e estaremos integrando então o quadro aqui na Assembléia dos nossos companheiros do PSDB que já tomam

assento nesta Casa, a quem eu gostaria de me somar para que pudéssemos ter uma extraordinária convivência.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Zuchinho, Zuchinho é a palavra que nós usamos carinhosamente pela sua pessoa, mas nós ouvimos o seu pronunciamento e tenho certeza absoluta de que o PSDB nesse momento ganha muito com a sua adesão; e perde o PPB um Deputado de qualidade, um deputado combativo, um deputado que tem demonstrado no seu dia a dia aqui um trabalho exemplar, principalmente representando a sua região e representando a agricultura do Paraná.

Sempre que tenho citado a sua pessoa e falado sobre a sua pessoa tenho dito de que V.Exa. é um dos profundos conhecedores da agricultura do Paraná. ganha o PSDB neste momento, mas eu como Líder do Governo espero continuar contando com o seu apoio no trabalho que nós temos exercido aqui de apoio ao Governo Jaime Lerner para que possamos continuar fazendo esse trabalho de transformação do Estado do Paraná. E o cumprimento e desejo felicidades nessa nova caminhada.

O Sr. Ademar Traiano

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Ouçõ o seu pronunciamento e como fizemos política na mesma área e região, temos uma história em comum. Acompanhei a sua trajetória política desde a primeira eleição que Vossa Excelência disputou, ainda pelo PDT, mas mais do que nunca conheço a sua vinculação com os Senadores Álvaro Dias, Osmar Dias, apesar de ter estado no Partido Progressista Brasileiro e tendo um convívio extremamente fraterno, junto aos demais pares desta Casa e, com certeza, conquistou a respeitabilidade do partido, mas tenho a convicção de que a sua ida para o PSDB atende um clamor das lideranças da região, com quem Vossa Excelência está afinado politicamente nesse momento.

Portanto, acho que em muito ganha o PSDB do Sudoeste do Paraná com a sua ida e o PPB vai sentir saudade da atuação brilhante e entusiasta do Deputado Zucchi. Quero me somar a Vossa Excelência e parabenizá-lo por sua decisão e tenha a certeza de que o Sudoeste do Paraná vai ter mais uma vez um Deputado combativo, que vai marcar época em toda nossa região. Parabéns, Deputado Zucchi e quero também me somar ao seu entusiasmo e dizer que o Deputado Traiano é seu parceiro para outras lutas importantes na nossa Região.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço os apartes dos Deputados Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Líder do Governo com quem tive a oportunidade de conviver com o nosso PPB, aqui, na Assembléia Legislativa. Garanto aos nobres companheiros que continuamos com a mesma postura política e de trabalho e estaremos juntos nesse sentido, apenas e tão somente estamos tomando uma decisão partidária com um grupo de companheiros da nossa região.

Quero fazer um agradecimento e que não tenha ele um cunho de despedida, mas é do tamanho exato da consideração que tenho aos meus companheiros, amigos e irmãos, que fiz dentro do PPB.

Ontem estive no Diretório Regional e me despedi do PPB. Estava lá o presidente do partido, o Deputado do partido, o Deputado José Janene, a quem respeito por sua lealdade e pelo seu companheirismo. Aprendi a admirá-lo pela sua forma de atuação e também pela forma de inserção que tem ele no Norte do Paraná com as suas lideranças, como Deputado que tem uma forte expressão eleitoral naquela região. Estive lá, ontem, para que pudéssemos colocar a nossa posição e fiquei extremamente feliz pela compreensão dos companheiros e pelo sentimento que tive durante aquela reunião emocionada, onde coloquei a minha saída dentro do PPB.

Presidente, convivemos na Assembléia e aprendi que aqui é uma extensão da nossa vida, a nossa casa e dos nossos anseios. E, aqui, fizemos os nossos amigos, participamos das dificuldades divergimos nas nossas idéias, mas temos uma convivência fraterna, sobretudo com os nossos companheiros.

Quero agradecer o tempo em que fui líder do PPB nesta Assembléia. Com toda a sinceridade, tivemos uma convivência extremamente fraterna. Não me lembro de uma decisão tomada na bancada que não fosse respeitada por todos os seus membros. Foi um período de aprendizado que tive e ao substituir o Duílio, que era o nosso líder e deixou a liderança, aprendi muito com o Duílio durante o tempo em que ele foi o Líder do nosso Partido, convivemos com a sua experiência e com o dinamismo dos outros Deputados. E, agora, nesta gestão, quero fazer um agradecimento em nome do nosso Líder, o Tony Garcia, pessoa que aprendi também a admirar, meu amigo particular muitas e muitas vezes conversamos sobre questões políticas do Paraná. Aprendi a admirar e a respeitar a pessoa do Tony Garcia e também dos nossos companheiros de toda a bancada: os Deputados Tiago Amorim, Cesar Seleme, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, enfim, toda a Bancada de Deputados Estaduais, que

só me honraram, de estarmos pertencendo a este Partido.

Realmente é com este sentimento que dificilmente nós teremos um grupo tão unido, tão coeso, um grupo tão fraterno e que realmente discutia todas as questões.

Somo-me agora à bancada aqui dos nossos companheiros do PSDB, esperando contribuir, dentro dessa bancada para aquilo que a bancada for discutir.

Agradeço, de coração, realmente, esta convivência fraterna com nossos companheiros do PPB a quem devoto o meu respeito, o meu carinho, minha amizade, que jamais, embora esteja mudando de partido, jamais deixarei de conviver com este grupo que aprendi a respeitar e que convivi com tanta amizade e com tanto respeito, durante todos estes anos que nós convivemos.

O Sr. Tony Garcia

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Zucchi, quero aqui, em nome dos nossos companheiros do PPB, deixar a você um grande abraço nesta sua nova caminhada no PSDB. Nós todos do PPB sabemos os motivos pelos quais você está deixando o partido, acho que fui um dos primeiros quando você me perguntou que estava na sua região com problemas sérios para poder tomar esta decisão, fui um que estive do seu lado, falei com o Janene, embora a gente não concordasse, não quisesse, por você ser, como diz o nosso companheiro Valdir Rossoni, um Deputado combativo, amigo, consciente das suas funções como Deputado, nós não queríamos perdê-lo.

Como todos estão te dando parabéns e estão felizes por sua nova caminhada, não posso dizer que nós estamos felizes mas, com certeza o PPB vai sempre estar de portas abertas na hora que você, nesta sua jornada, achar que deve voltar, nós vamos te receber com muito carinho.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço as palavras do Deputado Tony Garcia, nosso Líder aqui na Assembléia e gostaria de deixar registrado este nosso comunicado à Mesa e este agradecimento especial que faço aos meus companheiros e amigos do PPB e com certeza continuaremos convivendo com a mesma fraternidade que convivemos até hoje.

Obrigado por esta oportunidade e sei o quanto significou para mim ter sido do nosso PPB, quanto isso foi importante para mim e o quanto me fez crescer, politicamente falando, aqui na Assembléia Legislativa, junto com os companheiros, brilhantes que são os nossos companheiros do PPB.

Concedo, com prazer o aparte ao Deputado Nereu Moura, se o Presidente permitir.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Augustinho Zucchi, já dizia o poeta que a vida é um rumo incerto e Vossa Excelência toma a decisão de mudar de partido, sair do PPB e ir para o PSDB. Na verdade, Vossa Excelência não sabe ao certo se está tomando uma decisão correta ou errada, só o tempo dirá, porque ele é o senhor da razão.

Todavia tenho certeza que Vossa Excelência, ao fazer a leitura do quadro político nacional, estadual, resolveu optar por um instrumento que pudesse lhe permitir desenvolver um mandato mais próximo da população ou um mandato que fosse mais produtivo para a comunidade, não obstante reconhecer aqui o Deputado lutador, batalhador que Vossa Excelência foi, no mandato anterior.

Aliás, Deputado Zucchi, nos dois que estivemos em trincheiras opostas, durante este mandato, devo reconhecer aqui a grandeza de Vossa Excelência, um Deputado extremamente leal, que tem as suas posições. Combatemos o bom combate e sempre no elevado tom, respeitando-nos mutuamente.

Por isso tenho consideração por Vossa Excelência e quero desejar que Vossa Excelência esteja certo ao tomar esta posição e que possa, nessa nova trincheira, nesta nova posição, Vossa Excelência produzir muito pelo sudoeste, a agricultura do nosso sudoeste afim de que possamos melhorar a qualidade de vida do nosso Estado do Paraná. Quero lhe desejar sucesso e oxalá Vossa Excelência esteja certo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado, agradeço o aparte do Deputado Nereu Moura, nós que temos a responsabilidade, junto com o Deputado Traiano e com o Deputado Caíto Quintana de representar o nosso sudoeste do Paraná. Deputado Annibelli, me desculpe, quem sabe um dos primeiros políticos da nossa região sudoeste lá em Clevelândia.

Então, eu gostaria de agradecer a benevolência do Senhor Presidente de ter me concedido esse espaço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa agradece com satisfação a presença do ex-Deputado Ubiratan Araújo, da Região de Palmas que é sempre bem-vindo à nossa Casa.

De igual maneira, registro a presença do eminente Advogado Criminalista, Professor de Direto, Doutor Adelino Marcon.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O destino tem uma fábrica no centro da Terra que prepara para uns alegrias, para outros tristezas.

Prepara para uns o encontro, para outros desencontros.

No ano passado, o Senhor Neco Garcia Side, Presidente do Banestado, convocou a imprensa e disse que os Deputados, sem citar nomes, teriam quebrado o banco do Estado do Paraná.

Criava ele, na oportunidade uma guerra com o Presidente do meu Parlamento, Deputado Anibal Khury, "O Vanhoni tinha um cheque especial, estava descoberto".

Criava ele uma problemática com o Deputado Angelo Vanhoni, criou uma problemática com o Deputado Durval Amaral, com o Deputado Pessuti. O Deputado Pessuti que tem uma vida ilibada, se reelegeu.

Deputado Ademar Traiano, Vossa Excelência se lembra, o Neco destruiu esse Parlamento. Disse que todo mundo aqui tinha quebrado, o Banco do Estado do Paraná, disse que todos tínhamos quebrado. Tanto é que tive a ousadia, através dos meus advogados, de pedir uma documentação ao Banco do Estado do Paraná, onde eu tinha minha conta corrente, poupança, e que nunca tinha feito um papagaio naquele banco, nunca tinha pedido nenhum favor a nenhum gerente durante esses 16 anos de vida parlamentar.

Mas, Deputado Annibelli, veja como o destino foi cruel ao Senhor Neco Garcia que difamou o nosso Parlamento, Deputado Moisés, Deputado Orlando Pessuti.

(Lê):

"Juiz condena" - saiu no Jornal Estado do Paraná, é ânimus narrante, estou narrando aquilo que diz o Jornal "Estado do Paraná", Senhor Presidente. Pág. 2, "Juiz condena Neco a indenizar o Banco do Estado do Paraná".

O BANESTADO ressarcia uma empresa com bases em argumentos considerados frágeis. Neco Garcia autorizou o pagamento reclamado pela Paranaense Serviços Gerais Ltda, após renunciar ao Cargo de Presidente do BANESTADO.

O Juiz Salvatori Antonio Astutti, concedeu liminar ao Meretíssimo Promotor Doutor Mateus Bertoncini, da procuradoria da Defesa do Patrimônio Público, que ingressou em juízo com uma Ação Cível Pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa. acumulada com pedido de liminar de indisponibilidade de bens e quebra de sigilo fiscal.

Enfim, o Juiz determinou, tem cabimento em razão do requerimento do Ministério Público, a decretação de seqüestro de bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio.

Com bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras dos envolvidos etc.etc. o Senhor Neco Garcia Cid deu ao BANESTADO, como não conseguiu fazer a operação aqui, foi a Londrina. Foi na agência centro do Banco do Estado do Paraná, e exigiu que o Diretor Regional passasse para a conta do pai de um dos jovens que corre na Fórmula Indy, a importância de R\$1.967.323,58.

Particular amigo do Senhor Neco Garcia, porque o BANESTADO patrocinava esse jovem na Fórmula Indy. Tanto é que o Deputado Ângelo Vanhoni denunciou isso várias vezes. O Deputado Péricles Mello também denunciou. então, pergunto: quem é que quebrou o BANESTADO?

Os Deputados Estaduais?

Gostaria que alguém me dissesse. A vingança tarda mas não falha! "É olho por olho, dente por dente!"

Está aqui (aponta o jornal) exposto o Senhor Neco Garcia que disse que a Assembléia Legislativa tinha quebrado o BANESTADO.

Tanto é que existe vários Deputados que entraram com uma ação contra o Senhor Neco Garcia exigindo indenização moral, calúnia, difamação. E os Senhores Deputados irão ganhar na justiça.

Isso é tão verdade que o Senhor Neco Garcia e sua família não dirigem mais a Viação Garcia.

Quem dirige é Pedrialli. Uma das famílias mais tradicionais da cidade de Londrina.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado, quando esse cidadão levantou essa questão contra os Deputados, tive a oportunidade de dizer aqui nesta Casa que ele entendia muito bem de banco.

Mas de banco de ônibus. Gostaria que Vossa Excelência fizesse a leitura da manchete do jornal, porque Deus tarda mas não falha.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

"Juiz condena Neco Garcia a indenizar o Banco do Estado do Paraná".

O Sr. Valdir Rossoni

Quero dizer que estou entrando om um requerimento para cumprimentar o Juiz que está tomando essa atitude.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Meus parabéns!

Quero parabenizar o jornalista Milton Ivan Heller do "Jornal do Estado do Paraná", que teve a ousadia...

a cara limpa. Isso que é jornalismo! Dar a cara para bater. Não gosto de picaretagem, de picaretas na imprensa, gosto da imprensa limpa, com a cara limpa, que dá a cara para bater quando relata fatos que são de interesse da comunidade.

O Jornalista Nilton Ivan Heller, publica na página número 02, O TROCO, como diz os meus antepassados porque sou italiano: "Olho por olho, dente por dente". "O que aqui se faz, aqui se paga".

O Sr. Neco Garcia difamou a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, difamou o presidente do meu Parlamento Deputado Anibal Khury.

O Deputado Anibal Khury saiu em defesa do Deputado Durval que foi difamado, Deputado Pesutti, Deputado Vanhoni e tantos outros companheiros. Defendo este Parlamento, fui à televisão hoje, e a noite em Rede Nacional vou mostrar isso aqui novamente e falar também. Para que ele se é culpado tem o direito ao contraditório, mas está mais do que explícito aqui, que o Juiz Salvatore Antonio Astuti e o Ministério Público Dr.Mateus Bertoncini, provaram por a e mais B, que o Sr. Neco Garcia jamais poderia ter colocado na conta bancária de um amigo seu de Bauru, a importância de R\$1.967.323,58, que não foi aprovado pela Diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Então, "o que aqui se faz, aqui se paga", lamento profundamente ele tem o direito ao contraditório. Mas isso é um exemplo que este Parlamento tem que ser respeitado. Nenhum Deputado deste Parlamento da Legislatura passada ou desta Legislatura ajudou a quebrar o Banco do Estado do Paraná. Procurem!

É fácil de achar está na cara, é só tirar a máscara e lavar a cara que aparece os verdadeiros responsáveis que detonaram, assassinaram, violentaram o melhor banco estadual do Brasil, que é o Banco do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Quero registrar a presença nesta Casa, do Prefeito de Palmas, Ivo Dalla Costa, dos Vereadores César, Josemar, Domingos e Edgar, Alzemiro e Júlio César e do ex-Deputado Ubiratan que V.Exa. já o registrou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente anotado sejam bem-vindos à Casa.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Brasilândia, o Sr. Djalma que está engrandecendo esta Assembléia com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado seja bem-vindo à Casa.

Com a palavra inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A minha saudação também a um dos pioneiros do município de Palmas, Senhor Ubiratan Araújo, família com quem tive a honra e o orgulho de conviver no tempo que eu era bancário aqui em Curitiba, trabalhava no banco Indústria e Comércio de Santa Catarina o Banco INCO e a família Araújo era uma das principais clientes do Banco INCO. Daí porque a satisfação de revê-lo hoje aqui, na nossa Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, venho à tribuna para justificar a razão do projeto de lei que deu entrada ontem neste Plenário, por um motivo até bastante importante

para a comunidade paranaense e até porque diz muito de perto à pessoa que foi vítima de uma tragédia recentemente aqui no trecho São Paulo-Curitiba. Todos lembram que há questão de 20 dias atrás, aproximadamente, um representante comercial voltava de São Paulo, regressava para a nossa cidade para rever a família, para passar o final de semana. E normalmente ele regressava para a nossa cidade para rever a família, para passar o final de semana. E normalmente ele regressava na 5ª feira, por uma coincidência do destino antecipou de 5ª para 4ª feira, e, lamentavelmente, acabou sendo vítima da violência dentro de um ônibus da Viação Cometa, quando, inexplicavelmente, acabou tendo pela frente um cidadão que era passageiro também comum, daquele ônibus, e que, de repente, achou que estava sendo perseguido, que queriam matá-lo e ele, com uma arma na mão, acabou matando o primeiro que viu do lado dele dentro do ônibus.

Foi uma morte estúpida que sofreu o meu vizinho Marlon Luiz C. Júnior, de 27 anos de idade. Todos sabemos que para se fazer uma viagem de avião, se passa por toda espécie de segurança, já recebe-se a orientação de não se utilizar o celular, já se passa por um detector de metais, para ver se alguém está armado, que tipo de arma está levando e esta arma, se alguém estiver portando, já fica ali no aeroporto.

No entanto, para se viajar de transporte coletivo - e vejam bem, uma viagem de avião, a mais demorada, Curitiba a Brasília, dura aí, mais ou menos, uma hora e cinquenta minutos; para o nor-

deste, duas horas. No entanto, uma viagem de ônibus, as pessoas convivem com quarenta e tantos passageiros que não sabem quem são, durante, aproximadamente, 6, 7, 8 ou até 10 horas. E, neste trajeto, neste período todo, muitas coisas podem acontecer dentro do ônibus de transporte coletivo. E quem é que está sentado ao meu lado no ônibus? Quem está sentado no banco da frente? Que tipo de pessoa é esta que está sentada ao meu lado no transporte coletivo?

Foi exatamente o que aconteceu com o meu amigo Cascão. De família tradicional do Bairro Estribo Ahú. Sentado ali, voltando para sua casa, de repente o cidadão resolveu sacar do revólver e atirar no primeiro que viu pela frente, tirando a vida deste companheiro.

Por esta razão, dei entrada no projeto de lei que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ocupem os seus lugares e, por uma questão de respeito, vamos prestar atenção ao pronunciamento do Deputado que ocupa a tribuna.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço, Senhor Presidente. Até porque este projeto de lei - tenho certeza - vai favorecer a todos os eleitores dos demais Parlamentares que estão nesta Casa, porque são viajantes, diuturnamente, nas empresas que fazem o interior do Paraná à nossa Capital do Estado.

Então, obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar os seus ônibus com detector de metais. O aparelho para a detecção de metais deverá ficar sob a responsabilidade de funcionários da empresa, que em rodoferroviárias, rodoviárias e a cada parada do coletivo, deverá fazer uso do mesmo. É bom destacar, também, que hoje, o único controle de passageiros que as empresas têm é o cartão entregue junto com a passagem, que deve ser preenchido e apresentado ao motorista no momento do embarque.

Ele foi criado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, através de um Decreto-Lei de 14 de fevereiro de 1985, e de lá para cá não se criou nenhum outro dispositivo que ofereça ao usuário do transporte coletivo intermunicipal e interestadual qualquer outro tipo de segurança. Daí, porque ontem apresentamos o projeto, que deverá tramitar especialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, pela sua legalidade ou não, mas principalmente pela Comissão de Segurança Pública desta Casa que deverá analisar com muita profundidade, quem sabe até emendar este projeto

para melhorar a sua qualidade, e conseqüentemente melhorar a condição de segurança para aquele que utiliza o transporte coletivo no nosso Estado, e até aqueles que vem ou que vão para outro Estado também.

Era isso Sr. Presidente, era esta justificativa que queria fazer com relação a este projeto de lei, que eu tenho certeza que vai beneficiar uma grande parte da população paranaense que poderá a partir do momento, Deputado Luiz Carlos alborghetti, que tiver que passar pela rododferroviária, e passar por um detector de metais, pelo menos em parte um pouco de segurança a gente vai dar ao passageiro, muito embora a gente saiba que o malandro, vigarista, o bandido, ele tem mil artifícios para enganar a polícia e para enganar a segurança. Mas pelo menos está aqui para amenizar, aqueles que puderam acrescentar melhorias ao projeto de lei, claro que ela está aberto para receber as emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: PSB, PTB, PSC, PDL, PL, PSDB, PMDB, PT, Liderança do Governo.

O SR. ORLANDO PESSUTTI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, hoje dia 1º de junho, nós estamos iniciando a Semana do Meio Ambiente, e alguns dias nós já fazíamos uma solicitação à Mesa e à Assessoria, para que em entendimento com esta Presidência, e também com o Presidente Anibal Khury, avaliasse a possibilidade de nós votarmos no decorrer desta semana projeto de nossa autoria, que visa instituir as auditorias ambientais. É um projeto que já passou pelas comissões, é um projeto que foi elaborado e escrito posteriormente com base em recomendações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e nós gostaríamos que se possível este projeto constasse da Ordem do Dia de amanhã, para que nós pudessemos também, a nível de Assembleia Legislativa, ter um posicionamento claro e evidente em favor das questões ambientais e também em favor daquilo que nós temos discutido diariamente nesta Casa, o posicionamento nosso em favor do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeitamente

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Hermes Fon-

seca, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Orlando Pesutti e Waldyr Pugliesi, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR Municipal-Ação Social do Município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Patronato do Idoso de Antonina - PIA, com sede e foro no Município de Antonina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Capitão Leônidas

Marques. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 17.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques, deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 250/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Sabáudia.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 17.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 251/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Sabáudia, deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda

corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 251/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Sabáudia e foro no Município de Arapongas.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 18.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 254/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 18.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 255/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade, com sede e foro em Laranjeiras do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/99, de autoria da Comissão Executiva Mensagem nº 010/99, que autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/99

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 04 e 16 de junho do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de tratar de assuntos particulares, sem qualquer ônus para o Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 31.05.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1047, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência determinasse ao nobre 1º Secretário, Deputado Renato Gaúcho, que fizesse a leitura do inteiro teor deste Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Com a palavra o Senhor 1º Secretário, Deputado Renato Gaúcho, para a leitura do Requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de saber de Vossa Excelência, se Vossa Excelência interrompe então a votação, porque já está em processo a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Posteriormente nós colocaremos em votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Renato Gaúcho**)

Lê Requerimento de envio de Expediente do Estado dos Transportes

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, em virtude do pedido do ilustre Deputado e Líder do PMDB, Orlando Pessuti, eu estranho o Requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk e até lamento a não presença do Deputado, porque há mais de um ano a Liderança do Governo colocou todos os documentos sobre as concessões de rodovias à disposição dos Senhores Parlamentares.

Como o volume de documentos é enorme, encontra-se em uma sala especial na Secretaria dos Transportes à disposição de todos os Parlamentares desta Casa para que eles possam estudar, verificar e investigar o seu requerimento.

Então, nós pedimos à Bancada de sustentação ao Governo que derrubemos este requerimento, porque não se faz necessário aprová-lo, porque há mais de um ano a Liderança do Governo vem repetindo que os documentos estão à disposição dos Senhores Parlamentares.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, entendo que quem deveria encaminhar pedindo a aprovação deste Requerimento deveria ser o próprio Deputado Luiz Carlos Zuk, mas na sua ausência e sendo favorável a aprovação do mesmo, não vejo porque eu não possa assim proceder.

Entendo que deveríamos aprovar este requerimento e até concordo com o Deputado Valdir Rossoni, que diz estranhar o Requerimento.

Seria, talvez, não passível de estranheza se fosse um Requerimento da Oposição, mas em se tratando de um Requerimento de um Deputado da Base do Governo, mais um motivo para que nós o aprovemos, porque se o próprio Deputado que integra a Base de Apoio ao Governo alega não conhecer este contrato firmado pelo Governo do Estado com as empresas concessionárias e, principalmente lá no capítulo em que certamente permite a cobrança pela autorização da faixa de domínio das rodovias.

Se o próprio Deputado que integra a Base de Apoio ao Governo que tem certamente muito mais facilidades de obter informações sobre atos

do Governo que nós os Deputados da Oposição, mais uma razão para que nós aproveemos este Requerimento, para que o Deputado Luiz Carlos Zuk ao tomar conhecimento dos detalhes desse contrato, possa trazer até nós e dirimir dúvidas.

Porque eu confesso a Vossa Excelência que tenho também muitas dúvidas a respeito deste processo de concessão de rodovias, já participei de diversas reuniões, com o Secretário Heinz e até hoje nem todas as minhas dúvidas foram evidentemente esclarecidas. Por esta razão entendo que nós deveremos, no cumprimento do nosso dever, fiscalizar os atos do governo, buscar esses esclarecimentos e para isso votaremos a favor, e recomendamos que os Deputados votem a favor do requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk.

Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Doze Deputado aprovam o requerimento

Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezesseis Deputados Rejeitam o Requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Justificar)

Senhor Presidente, nós votamos, volto a frisar, votamos contrários ao Requerimento, porque para quem tem dúvida, como diz o ilustre Deputado que há pouco encaminhou a votação, muito melhor se encaminhar à Secretaria de Transportes onde terá uma assessoria de técnicos experientes que têm profundo conhecimento sobre esta questão,

Por isso é que estamos votando contrários, senão teremos que, todos os dias, estar aqui votando o requerimento, quando os documentos estão lá disponíveis a todos os Parlamentares e também os técnicos à disposição dos Parlamentares

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Ângelo Vanhoni.

Requerimento com a sua discussão adiada, requer a convocação do Secretário da Fazenda e do Diretor-Presidente do Banco do Estado para prestar esclarecimentos sobre o processo em andamento de privatização do BANESTADO.

Em discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para Encaminhar a votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Presidente do Banco do Estado do Paraná acaba de anunciar pelos jornais da Capital do Estado de que a privatização do Banco do Estado deverá acontecer somente no mês de março do ano que vem.

Esse é o segundo pedido de prorrogação junto ao Banco Central do processo de privatização do Banco do Estado.

No entanto, Senhor Presidente há uma discussão que eu acho que merece ser discutida e esclarecida pela Assembléia Legislativa junto à atual Diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Qual seja? Quando a direção do Banco do Estado e o Governo do Estado encaminharam protocolo junto ao Banco Central para o processo de saneamento do nosso Banco, e posterior privatização, duas possibilidades naquele momento se descortinaram para o Governo do Estado do Paraná, e pela Diretoria do Banco. Quais são as duas possibilidades? A possibilidade de integralização de capital e a possibilidade de monetização. São duas figuras de saneamento proferidas pelo Banco Central ao qual os Bancos Estaduais estão submetidos mediante medida provisória do Governo Federal. Pois bem, na época o Governo do Estado, a Secretaria da Fazenda, os entendimentos que a direção do Banco do Estado manteve com o Banco Central, acabaram optando, não sabemos quais as justificativas, pela integralização de capital. O que acontece com a medida de integralização de capital?

O BANESTADO, sabemos, tem cento e cinquenta mil pequenos acionistas, os funcionários do banco detêm hoje um patrimônio junto ao Banco do Estado, ao longo desses anos ajudando o banco, subscrevendo ações, na ordem de 22% do controle acionário vai virar, na realidade vai virar pó, todos os cento e cinquenta mil acionistas minoritários não terão resguardados os seus direitos acionários.

Então, o patrimônio, que faz parte de dez mil funcionários do banco, que está subscrito acionariamente de posse da fundação do banco, possivelmente terá um prejuízo enorme, da ordem de 300 a 400 milhões de reais. o que queremos com essa discussão com a diretoria do Banco do Estado? Solicitar a presença do Senhor Reinhold Sphefanes, que hoje está na incumbência de dirigir a diretoria do Banco do Estado, para que ele, de posse dessas informações, porque já conhece todo o processo, possa a vir a Assembléia Legislativa abrir um debate sobre essas questões do ponto de vista do modelo de privatização.

Então, tem algumas questões que gostaríamos de discutir, de nos informar melhor para ver da possibilidade, porque o banco agora abriu num prazo

de cem dias às firmas um processo de licitação para que as firmas de consultoria façam o processo de avaliação do banco. Esse processo de avaliação da empresa é que vai dar base para a constituição do edital que será lançado possivelmente no começo do ano que vem para que as empresas interessadas em adquirir o controle acionário, hoje do Estado do Paraná detentor da maioria das ações, possa proceder em leilão.

Então, são essas as informações, é essa possibilidade de uma discussão e das informações necessárias para que a gente possa, há possibilidades de modificação do processo sem levar a prejuízo os cento e cinquenta mil pequenos acionistas, e sobretudo os funcionários do Banco que perderiam na hipótese tal como ela está hoje se não houver nenhuma modificação na realização do edital de ter uma perda na ordem de 300 milhões de reais, o que vai redundar praticamente em dificuldades gravíssimas do fundo de pensão dos funcionários do Banco.

Então, é com este objetivo, é sobre esta ótica que estamos pedindo a presença do Presidente do Banco, digo ao Líder do Governo que essa reunião pode ser feita na Liderança, no Plenarinho, é com esse objetivo que esse requerimento está sendo solicitado a presença do Banco do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para Encaminhar, Senhor Presidente?
(Assentimento).

Senhor Presidente, entendendo a preocupação do Deputado Ângelo Vanhoni, gostaria de pedir a ele: aqui, no seu requerimento diz da convocação do Secretário da Fazenda e do Diretor Presidente do Banco - propor para transferirmos a votação do requerimento para o dia de amanhã, para que eu possa entrar em contato com o Secretário e com o Diretor Presidente e aí marcarmos uma data e um local para que o Diretor Presidente possa prestar os esclarecimentos. É interesse nosso de prestar esclarecimentos. Só queremos até o dia de amanhã - um tempo para acharmos a forma, o dia, horário e o local.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. A Mesa engaja ao subscritor do requerimento, Deputado Ângelo Vanhoni, por que no seu requerimento Vossa Excelência pede a convocação não só do Presidente do BANESTADO, como também do Secretário da Fazenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não. Porque na realidade o Reinhold, junto com a sua diretoria, pode dar todas as expli-

cações. Pela formalidade o Secretário da Fazenda, que é o Presidente, que é o Presidente do Conselho de Administração, eu, formalmente, tenho que me dirigir ao Secretário Giovani Gionédis, mas a presença do Secretário Giovani, não é necessária, porque o próprio Presidente do Banco e o corpo de direção pode nos informar e a gente abrir um diálogo sobre essa possibilidade ou não, do que pretendemos discutir e acompanhar esse processo, tendo em vista esse enfoque, que acabei de explicitar. O que interessa à comunidade dos funcionários do Banco, os gerentes e diretores do Banco é abrir uma discussão de uma possibilidade que gostaríamos de colocar num processo de diálogo com a direção do Banco com o Governo do Estado.

Concordo com a solicitação do Líder do Governo e estamos à disposição para o que for necessário, para que esse diálogo aconteça entre a diretoria do Banco e alguns representantes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, estamos pedindo ou requerendo a Vossa Excelência e pedindo ao Ilustre Deputado para que possamos transferir para o dia de amanhã o requerimento. Aí teremos uma posição oficial, de como faremos e teremos esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa apenas esclarece aos nobres Deputados que a convocação do Secretário da Fazenda é pertinente. o convite ao Presidente do BANESTADO seria pertinente, não a sua convocação. Haveria a necessidade de um acordo para o próprio requerimento, uma vez que ao meu entender Vossa Excelência gostaria que fosse convidado o Presidente do BANESTADO para prestar esclarecimentos. Porque o Presidente do BANESTADO não pode ser convocado. Convocado pode ser somente o Secretário da Fazenda.

O SR. VALDIR ROSSONI

Estamos propondo ao Deputado Ângelo Vanhoni para transferir a votação desse requerimento para o de amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Líder do Governo, Senhor Presidente, entendeu o espírito da solicitação que estamos fazendo. Dentro desse espírito ele encaminhará junto ao Secretário e ao Presidente do Banco.

Amanhã entraremos num entendimento. Se for necessário a convocação ...

(vozes paralelas)

... poderemos perfeitamente abrir mão. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa não pode deliberar sobre o espírito, e sim pela coisa real.

Requerimento do Deputado Divanir Braz Palma, também com sua discussão adiada.

O Deputado requer à Mesa, seja enviada a correspondência ao Presidente da COPEL, Doutor Ingo Hubert, solicitando...

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar, Senhor Presidente.

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, tenho já em mãos todas as informações que nos foram fornecidas pela COPEL, mas devido a ausência do ilustre Parlamentar Divanir Braz Palma, requero a Vossa Excelência que transfira esse requerimento para a próxima sessão, com a presença do ilustre Parlamentar, para que eu possa prestar os esclarecimentos e ele possa tomar a decisão da retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, e conhecendo o Deputado Divanir Braz Palma, tenho a impressão que não haverá óbice no caso.

Requerimento nº 1129, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Edgar Bueno, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1140 e 1141, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1144, 1145, 1148 a 1151 e 1157-A, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1146, 1147 e 1157, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1153 e 1154, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1139-B, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, como tenho naturalmente as informações ao Deputado Divanir também tenho as informações a serem prestadas ao Deputado Ademir Bier e requero a Vossa Excelência que retire o requerimento porque se o aprovarmos, levará 30 dias para que Vossa Excelência receba as informações.

Assim, presto, neste momento, as informações ao Deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER

Senhor Presidente, retiro, então, o meu pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Requerimento do Deputado Divanir Braz Palma, que requer envio de correspondência ao Senhor Reinhold Stephanes.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Pediria para transferirmos a votação deste requerimento, porque tenho em mãos as informações, mas na ausência do Parlamentar não podemos tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, às 10:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 251, 254 e 255/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 210 e 281/99.

Levanta-se a sessão.